

# Aumento da alíquota geral do ICMS de volta a discussão

**PAULO EGÍDIO**

paulo.egidio@zerohora.com.br

A discussão sobre o aumento de impostos no Rio Grande do Sul teve uma reviravolta ontem. Em reunião no Palácio Piratini, um grupo de empresários propôs ao governador Eduardo Leite a retomada da discussão sobre o aumento da alíquota geral do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em troca da manutenção de incentivos fiscais.

Apresentada pelo presidente da Cotrijal, Nei Mânica, e subscrita por 24 entidades, a proposta tem simpatia no setor primário, mas não é consenso entre as representações empresariais. O documento sugere a elevação da alíquota modal de 17% para 19%, meio ponto percentual a menos do que o Palácio Piratini queria implementar no ano passado.

Na saída da reunião, Leite disse que o governo "sempre entendeu que o ajuste na alíquota modal era melhor" e afirmou que dará um retorno sobre o pleito "o mais breve possível".

– Vou fazer uma reunião com a equipe para avaliar as condições técnicas, políticas e as alternativas. O importante é que se tenha um debate honesto e sincero sobre o assunto. O governo não quer arrecadar para ter mais dinheiro, o governo precisa de receitas para poder atender a população – disse Leite.

A elevação da alíquota geral era o "plano A" do Palácio Piratini, mas não avançou na Assembleia no ano passado. Assim, Leite optou pelo "plano B", o corte de incentivos fiscais que entra em vigor em 1º de abril.

No encontro, Leite também anunciou novo abrandamento ao corte de benefícios. Ele adiou, por tempo ainda incerto, a vigência do decreto que estipula a limitação do chamado Fator de Ajuste de Fruição (FAF) – benefício fiscal que reduz a cobrança de imposto para empresas gaúchas que adquirem insumos e produtos produzidos no Estado.

O governador ainda aliviou o impacto sobre os agrotóxicos. Inicialmente, estava prevista a redução de 40% dos incentivos sobre os defensivos agrícolas, mas o governo reduziu o percentual para 30%.



Leite se reuniu com representantes de entidades patronais e abrandou a redução de benefícios fiscais

## Proposta gera discordância entre grupos empresariais

A possibilidade de um acordo com o governo para elevar o ICMS em troca da manutenção dos incentivos fiscais é apoiada por alguns segmentos ligados à agricultura, mas rejeitada por boa parte das outras entidades empresariais.

– A proposição é de uma alíquota em torno de 19%, para criar uma comissão e ver com a Secretaria da Fazenda nesse sentido – defendeu Darlan Palharini, secretário-executivo do Sindicato das Indústrias de Laticínios do RS (Sindilat-RS).

Vice-presidente da Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul), Rafael Goelzer disse que a entidade segue contrária ao aumento geral de tributos:

– Compreendemos que setores que seriam extintos com a manutenção nos decretos aceitem o aumento da alíquota modal, mas acreditamos que não podemos deixar ninguém para trás. Não existe espaço fiscal para empresas pagarem mais impostos no RS. Em 2023, lideramos o ranking de empresas insolventes no Brasil.

O presidente da Federação da Agricultura, Gedeão Pereira, também emitiu posição contrária à alta modal do ICMS.

– Nós perdemos duas safras, nosso produtor está em dificuldade, está vulnerável, e estamos notando que está começando a haver uma recomposição do caixa do governo pelos setores de energia e combustíveis – afirmou.

### Tramitação na Assembleia

• Caso o governador Eduardo Leite opte por retomar o plano A, de elevação da alíquota modal do ICMS, será necessário enviar novo projeto de lei à Assembleia Legislativa, que precisaria ser aprovado pela maioria.

• Se esse caminho for adotado, o governo estadual deve suspender a vigência de todos os decretos que cortam incentivos fiscais por um período determinado, de 30 ou 60 dias.

• Esse período deverá ser o suficiente para a análise do projeto na Assembleia.

• Caso seja aprovado, o Piratini suspenderia definitivamente a revisão de benefícios.

• Se os deputados avalizarem o aumento na alíquota do ICMS, o novo percentual só poderá ser aplicado a partir de 2025, em razão do princípio da anualidade.

“

O importante é que se tenha um debate honesto e sincero sobre o assunto. O governo não quer arrecadar para ter mais dinheiro, o governo precisa de receitas para poder atender a população.

**EDUARDO LEITE**

Governador do Rio Grande do Sul

“

A proposição é de uma alíquota em torno de 19%, para criar uma comissão e ver com a Secretaria da Fazenda nesse sentido.

**DARLAN PALHARINI**

Secretário-executivo do Sindicato das Indústrias de Laticínios do RS (Sindilat-RS)

“

Compreendemos que setores que seriam extintos com a manutenção nos decretos aceitem o aumento da alíquota modal, mas acreditamos que não podemos deixar ninguém para trás. Não existe espaço fiscal para empresas pagarem mais impostos no RS.

**RAFAEL GOELZER**

Vice-presidente da Federação de Entidades Empresariais do RS (Federasul)

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS**Pagina:** 11